

A INDEPENDÊNCIA E A DIVERSIDADE DE PROJETOS PROVINCIAIS

FERNANDA PANDOLFI ¹ 
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO – BRASIL

Por ocasião do “Bicentenário da Independência do Brasil”, o dossiê “*A Independência e a diversidade de projetos provinciais*” reúne artigos que abordam a variedade de projetos políticos então em disputa na Corte e nas províncias. Os artigos retratam um período conturbado, de circulação de novos ideários políticos, de rearranjo dos poderes locais nas províncias e de intensos conflitos entre grupos políticos.

A Revolução do Porto de 1820 aparece, nos trabalhos aqui reunidos, como vetor importante da Independência. Os revolucionários defendiam a formulação de uma Constituição e de um Poder Legislativo em Portugal para conter os abusos do Antigo Regime. Inicialmente apoiados pelas elites do Brasil, estes revolucionários perderam apoio quando as determinações das Cortes Portuguesas impostas ao Brasil foram consideradas como parte de um projeto de recolonização. Importante ressaltar que esta Revolução levou a decretação da liberdade de imprensa em 1821 em Portugal a qual foi estendida ao Brasil, o que explica o papel de destaque da imprensa em nossa Independência. É neste cenário conturbado, tanto interna quanto externamente, que a Independência foi gestada. Os artigos que compõem este dossiê, com uma exceção, foram agrupados em dois núcleos temáticos

O primeiro refere-se ao papel das elites na Independência. Em *As elites de Itapemirim na Independência do Brasil*, Adriana Pereira Campos e Laryssa da Silva Machado mostram que, no período que antecede a Independência, vigorava no Brasil uma forma de administrar as colônias baseada na “economia das mercês”, isto é, um sistema de recompensas e obrigações entre o rei e seus vassallos que favorecia a formação de autogovernos locais. O problema é que esta dinâmica de autogoverno e vassalagem ao monarca, segundo as autoras, foi abalada pela disseminação do ideário vintista crítico ao poder das autoridades reais, favorecendo a adesão das elites do Espírito Santo ao processo liderado pela Corte que culminou com a Independência. O segundo artigo nesse núcleo - *A província do Espírito Santo: redes mercantis e a emancipação da América*

¹Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Assis). Pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ferpandolfi@hotmail.com.

portuguesa (1815-1825) de Rodrigo da Silva Goularte – argumenta que a adesão do Espírito Santo a Independência com D. Pedro deveu-se, sobretudo, à importância das relações comerciais com o Rio de Janeiro. Aponta ainda que a criação da Junta de Governo determinada pelas Cortes Portuguesas deu mais autonomia às elites, que posteriormente passaram a atuar contra as próprias Cortes por considerarem que elas almejavam a “escravização” política do Brasil. Marcelo Cheche Galves e Roni César A. de Araújo no artigo *E depois da Independência? Os “portugueses” do Maranhão no Império do Brasil*, fecham esse núcleo com a inovadora proposta de entender as “independências” pelo “dia seguinte”. Como mostram os autores, o Maranhão, por ter fortes vínculos comerciais com Portugal, resistiu em aderir a Independência, que somente foi formalizada em julho de 1823. Os conflitos não cessaram e o dissenso entre as elites quanto ao novo arranjo político era, segundo os autores, “travestido” como uma “questão antilusitana”. Os gritos de “morte aos portugueses”, nesse contexto, partiam de membros da nova Junta de Governo que esperavam livrar-se de dívidas com os portugueses se estes fossem expulsos. A situação só se estabiliza quando os portugueses são sentenciados nas sublevações sendo expulsos da região, enquanto outros tantos resolveram deixar São Luís espontaneamente.

O segundo núcleo de discussão destaca o papel da Imprensa na Independência. O artigo de Arthur Ferreira Reis - *O Reverbero a partir do Iramuteq: um estudo de caso* - insere-se no promissor campo das humanidades digitais. Ao empregar o software de análise textual Iramuteq para leitura do jornal *Reverbero*, o autor obtém a “nuvem de palavras” e os vocábulos organizados em famílias lexicais, que se mostraram importantes recursos metodológicos para identificar os assuntos mais importantes e os padrões discursivos presentes no jornal. Segundo Reis, explorar outras funcionalidades do Iramuteq e de outros softwares, em conjunto com os enfoques analíticos pode contribuir para esclarecer várias questões ainda um tanto obscuras sobre a Independência, como o porquê de as Cortes portuguesas terem sido progressivamente associadas ao despotismo. O segundo artigo *As múltiplas faces da linguagem política liberal no processo de construção da autonomia política da América portuguesa (1821)*, de Jorge Vinícius M. Vianna, sublinha com uma nova metodologia as relações entre texto e contexto no estudo dos jornais e panfletos do Rio de Janeiro e da Bahia do ano de 1821. Com isso, o autor

identificou duas linguagens políticas predominantes, ambas reconhecendo a legitimidade da pauta constitucionalista. Com uma diferença importante: enquanto a linguagem “liberal conservadora” apresentava o novo pacto como generosidade real, a linguagem “liberal vintista” subentendia que o pacto resultava da subordinação do poder real ao Parlamento. Embora restrito ao ano de 1821, o trabalho de Vianna ajuda a entender o período subsequente, cujos debates sobre o governo representativo incluíram discussões sobre o grau de representatividade do Brasil no Império português, pauta importante para entender o rompimento do Brasil com Portugal em 1822.

O último artigo deste dossiê, de Francieli A. Marinato - *Trânsitos e Negociações indígenas no Espírito Santo a partir da Independência: os botocudos entre as florestas e os aldeamentos* – analisa o impacto da Independência na vida dos indígenas. A contribuição da autora é apontar as limitações em analisar os indígenas pelos enquadramentos da resistência ou da submissão, preferindo considerar o papel do índio enquanto agente que concede e negocia para “amenizar” as perdas. A partir da Independência, o discurso oficial era de abandonar a “guerra ofensiva” e desenvolver uma política de inserção dos indígenas na sociedade. Segundo a autora, essa é a razão de os aldeamentos indígenas no Espírito Santo, que possuíam uma população numerosa de índios na região da bacia do Rio Doce devido a colonização somente ter avançado em fins do século XVIII. Os índios foram atraídos para os aldeamentos por interesses como o sustento, mas impunham condições como a autonomia para transitar entre a floresta e o aldeamento, indicando os limites culturais impostos pelos próprios índios a política de sedentarização e “civilização” imposta a essas populações.

Esse dossiê assim cumpre seu objetivo de apresentar novas ideias e metodologias capazes de enriquecer o entendimento da Independência nesta data comemorativa. Boa leitura!